



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

CONTRATO Nº 37/2022

SEI TRE/PE N. 0010594-83.2022.6.17.8000

EDITAL DE LICITAÇÃO TSE Nº 13/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TSE Nº 17/2022 (SEI Nº 2021.00.000003523-8)

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ENVELOPES PLÁSTICOS AUTOADESIVOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO – TRE/PE E VISÃO E ARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA.

CONTRATANTE: A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE/PE**, inscrito no CNPJ sob o n. 05.790.065/0001-00, com sede na Avenida Governador Agamenon Magalhães, 1.160, Graças, Recife/PE, CEP 52.010-904, representado por seu Diretor-Geral Substituto, Robson Costa Rodrigues, inscrito no CPF/MF sob o n. 057.220.628-39, nos termos da Portaria n. 345/2022 TRE-PE/PRES, publicada no DJE em 18/05/2022 e de acordo com a delegação de competência contida no Art. 1º, inciso II, m, da Portaria nº. 874/2021 TRE-PE/PRES, de 06/12/2021, da Presidência deste Tribunal, publicada no DJE n. 250, de 09/12/2021, p. 02-05.

CONTRATADA: **VISÃO E ARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.855.265/0001-71, com endereço na Rua Avenida Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira, nº 652, Parque Novo Mundo, São Paulo/SP, neste ato representada por seu sócio, Paulo Alexandre Salomão, portador da Carteira de Identidade n.º 9834710 SSP/SP, inscrito no CPF/MF n.º 092.894.698-38, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por intermédio da alteração de consolidação contratual, registrada na JUCESP, sob o número 148.269/18-7 (doc SEI n.º 1845071).

Os **CONTRATANTES** têm justo e acordado celebrar o presente **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ENVELOPES PLÁSTICOS AUTOADESIVOS**, sob a regência das Leis n. 8.666/1993, n. 10.520/2002 e n. 13.709/2018, decorrente da Licitação TSE n. 13/2022, modalidade pregão, na forma eletrônica e da Ata de Registro de Preços n.º 17/2022, constantes do Procedimento Administrativo n. 2021.00.000003523-8, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de 11.314 (onze mil trezentos e quatorze) envelopes plásticos autoadesivos para a embalagem da urna eletrônica (item 1), de acordo com as especificações, exigências e prazos constantes no Edital da Licitação e seus Anexos, modalidade pregão, e proposta da **CONTRATADA**, que passam a fazer parte deste instrumento, independentemente de transcrição, no que não conflitar com as disposições do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA EXECUÇÃO

A execução do objeto do presente contrato será realizada com o fornecimento e entrega dos produtos descritos em sua Cláusula Primeira, por meio do estabelecimento da **CONTRATADA**, CNPJ nº 00.855.265/0001-71, segundo as condições estabelecidas no Edital da Licitação, no seu Anexo I e na proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE:

1. Prestará as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

2. Acompanhará, fiscalizará e atestará a execução contratual, bem como indicará as ocorrências verificadas.

3. Designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do objeto contratual. Acerca dos fiscais do contrato, considerar:

3.1. Fiscal Técnico: responsável por certificar a quantidade e a conformidade dos produtos entregues com o Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação, bem como por emitir o Termo de Recebimento Definitivo – TRD;

3.2. Fiscal Administrativo: responsável por fiscalizar o contrato quanto a sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais e emitir a Nota Técnica de Atesto - NTA, encaminhando os documentos necessários para liquidação de despesa à unidade competente.

4. Permitirá que os funcionários da **CONTRATADA**, desde que devidamente identificados, tenham acesso aos locais de entrega.

5. Recusará qualquer produto entregue em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.

6. Efetuará o pagamento à **CONTRATADA**, segundo as condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

1. Executar, com observação dos prazos e exigências, as obrigações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação, sendo o prazo de entrega de:

1.1. Até 60 (sessenta) dias corridos, para o 1º contrato a ser assinado e para os contratos posteriores maiores ou iguais a 10.000 (dez mil) unidades, contados a partir do início da vigência contratual;

1.2. Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos para os contratos posteriores menores que 10.000 (dez mil) unidades, contados a partir do início da vigência contratual;

1.3. Os produtos deverão ser entregues na Seção de Gestão de Eleições Informatizadas – SEGEL, situada na Av. Consul Vilarés Fragoso, 291 San Martin, Recife/PE, CEP: 50760-540, de segunda a sexta-feira, das 08 às 14 horas.

1.4. Todas as entregas deverão ser previamente agendadas pelos telefones (81) 3194-9556/(81) 3194-9557 e/ou endereço eletrônico segel@re-pe.jus.br.

1.5. Os envelopes correspondentes aos contratos dos Tribunais Regionais Eleitorais (órgãos participantes) deverão ser entregues nas capitais dos estados ou região metropolitana. Haverá apenas um local de entrega em cada Estado. O endereço do local de entrega dos envelopes e o contato para agendamento da entrega constam do Anexo IV do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.

1.6. Ao **CONTRATANTE** fica reservado o direito de recusar de pronto o produto que flagrantemente não esteja em conformidade com a descrição do item, ressalvo o disposto no item 5 desta Cláusula.

1.7. Os produtos deverão ser novos, não se admitindo, em hipótese alguma, o fornecimento de produto alternativo, reciclado, reconicionado ou recuperado.

1.8. Os envelopes plásticos deverão ser entregues em perfeito estado, sem marcas, amassados, arranhões ou outros problemas físicos e acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, contendo até 1.000 (mil) unidades/embalagem e agrupados em pacotes de 100 (cem) unidade;

1.8.1. Todas as caixas deverão conter etiquetas de identificação do material e da quantidade contida em cada uma delas.

2. Entregar os produtos em perfeito estado, sem marcas, amassados, arranhões ou outros problemas físicos e acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis. Embalagens das bobinas deverão conter etiquetas de identificação do material e da quantidade contida em cada uma delas, conforme item 13.21 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.

3. Prestar garantia do tipo "on site", no Distrito Federal e em todas as Capitais das Unidades da Federação.

3.1. A garantia dos produtos será acionada pela abertura de chamado, por parte da Justiça Eleitoral, nos canais apresentados pela **CONTRATADA** (item 63 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação) e mediante informação do número do contrato advindo da licitação.

3.2. O prazo de garantia, usual de mercado, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TRD (Anexo II do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação) e dar-se-á pela substituição de produtos com problemas originários do processo de produção. No caso de ocorrerem entregas parceladas no mesmo contrato, o prazo será contado a partir da data de emissão do último TRD.

3.3. No caso de acionamento da garantia, o fiscal técnico deverá notificar a **CONTRATADA**, pelos meios de acesso indicados no item 63 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação, para que providencie a substituição do produto em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação.

3.4. O custo e a responsabilidade pelo recolhimento e entrega do produto durante o prazo de recebimento e de garantia serão da **CONTRATADA**.

4. Substituir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação do **CONTRATANTE**, os produtos reprovados, no caso de identificada qualquer irregularidade durante o recebimento definitivo do objeto, conforme item 46 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.

4.1. A **CONTRATADA** deverá recolher os produtos reprovados no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da notificação da fiscalização. Caso não os recolha, esses poderão ser descartados ou doados pelo **CONTRATANTE**, com os devidos cuidados ambientais nos termos da legislação vigente.

5. Fornecer todos os produtos dentro das especificações exigidas, conforme Capítulo C do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.

6. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução do objeto do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.

7. Manter os dados para contato atualizados durante toda a fase de execução da contratação, nos termos do item 62 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.

7.1. Toda a comunicação referente à execução do objeto será realizada por meio do e-mail informado pela **CONTRATADA** no momento da assinatura do contrato.

7.2. A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da **CONTRATADA**, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

7.3. A comunicação só será realizada de forma diversa quando a legislação exigir ou quando a **CONTRATADA** demonstrar ao fiscal os motivos que justifiquem a utilização de outra forma.

8. Entregar declaração ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do início da vigência contratual, formalizando a disponibilização de acesso por meio de central telefônica ("0800" ou outra), sistema via web ou endereço eletrônico, com o fim de abertura dos chamados de substituição dos produtos entregues em desconformidade ou dos chamados em decorrência de defeitos apresentados durante a vigência da garantia, conforme detalhado no item item 63 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.

9. Acatar as recomendações e determinações efetuadas pelos fiscais do contrato.

10. Recolher os materiais reprovados, às suas custas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos. Caso não os recolha, poderão ser descartados ou doados.

11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto deste contrato.

12. Fazer com que seus empregados submetam-se aos regulamentos de segurança e de disciplina durante o período de permanência nas dependências do **CONTRATANTE**, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajés sumários (shorts, camisetas regatas, sem camisa ou usando chinelos de dedo).

13. Comunicar, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

14. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos de qualquer forma ou prestadas pelo **CONTRATANTE**, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros, bem como a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à **CONTRATADA**, durante e após a vigência do contrato.

15. Manter, durante a execução do contrato e durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigidas na licitação quanto à regularidade fiscal.

16. Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal de Venda, a documentação que comprove a origem dos bens (Declaração de Importação - DI) e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, quando tratar-se de bens de origem estrangeira.

17. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

17.1. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

18. Manter, durante toda a vigência contratual, o constante do item 8 do Capítulo VI do Edital da Licitação, caso o critério tenha sido utilizado como desempate na licitação, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666/93.

19. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sendo permitida a subcontratação para as atividades de entrega/transporte do objeto contratado, mediante solicitação formal ao **CONTRATANTE** e prévia anuência da fiscalização

CLÁUSULA QUINTA DO VALOR CONTRATUAL

O preço a ser pago à **CONTRATADA**, pelo fornecimento do objeto deste contrato, atualizado com o último lance ofertado e aceito no pregão, é o discriminado abaixo, sendo de R\$ 8.824,92 (oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos) o valor total deste contrato.

| Item | Descrição | Quantidade | Unidade de Fornecimento | Valor Unitário - R\$ | Valor Total - R\$ |
|------|-----------|------------|-------------------------|----------------------|-------------------|
| | | | | | |

| | | | | | |
|---|--|--------|----------|----------|--------------|
| 1 | Envelope plástico autoadesivo para a embalagem da urna | 11.314 | ENVELOPE | R\$ 0,78 | R\$ 8.824,92 |
|---|--|--------|----------|----------|--------------|

CLÁUSULA SEXTA DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

1. O pagamento do objeto deste contrato será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, a partir da atestação da nota fiscal/fatura pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

1.1. O atesto do objeto contratado se dará pelo fiscal administrativo, designado pela autoridade competente, por meio da emissão de Nota Técnica de Atesto - NTA, conforme previsto na IN nº 11/2021 - TSE. O fiscal administrativo terá o prazo de até 2 (dois) úteis para emitir a NTA e remeter o processo à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOFC, contados do recebimento do documento fiscal, acompanhado do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e dos demais documentos exigidos para liquidação e pagamento da despesa.

1.2. O pagamento a ser efetuado em favor da **CONTRATADA** estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais.

1.3. O **CONTRATANTE** verificará a permanência da contratada no Simples Nacional, conforme declaração de que trata o item 6.1 do Capítulo XII do Edital da Licitação, mediante consulta ao Portal do Simples Nacional e anexará cópia da consulta ao contrato ou à documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo de a **CONTRATADA** informar qualquer alteração de sua permanência no Simples Nacional.

1.4. A **CONTRATADA** deverá apresentar a nota fiscal/fatura dos produtos fornecidos, segundo último lance ofertado e adjudicado no pregão após o recebimento definitivo do objeto.

1.5. No caso de fornecimento de bens importados, a **CONTRATADA** deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a documentação que comprove a sua origem, bem como a quitação dos tributos de importação a eles referentes.

1.6. As notas fiscais de venda devem ser emitidas em nome do **CONTRATANTE**. Para os pedidos do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE, deve-se utilizar o CNPJ 05.790.065/0001-00, e encaminhar a nota fiscal juntamente com a documentação exigida neste Edital para pagamento, à Seção de Gestão de Eleições Informatizadas – SEGEL, situada na Av. Consul Vilarés Fragoso, 291 San Martin, Recife/PE, CEP: 50760-540, ou para o email segel@tre-pe.jus.br, se for eletrônica.

1.6.1. Os dados para faturamento dos contratos dos órgãos partícipes serão encaminhados à **CONTRATADA** pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE por e-mail ou ofício, em até 2 (dois) dias úteis antes da assinatura de seus respectivos contratos.

1.7. Caso o valor faturado não seja superior a R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil, a partir da apresentação da fatura, conforme § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/93.

2. Na fase de liquidação e pagamento da despesa deverá ser verificada pela área competente a regularidade fiscal da **CONTRATADA** perante a Seguridade Social, Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União fornecida pela Receita Federal do Brasil), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e, ainda, perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT); admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei.

3. O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta e na nota de empenho.

4. Nos casos de pagamento efetuados após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou da apresentação da nota fiscal, conforme o caso, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE/PE, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

$I = 0,0001644 \left\{ \left(\text{ini dice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado } I = \frac{6}{100} / 365 \right) \right\}$.

CLÁUSULA SÉTIMA DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da execução deste Contrato correrá por conta dos seguintes elementos

orçamentários:

Programa de Trabalho Resumido: PTRES - 167864

Natureza da Despesa – 339030

Nota de Empenho - 2022NE0446, de 12/05/2022

Valor do Empenho – R\$ 8.824,92 (oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos).

CLÁUSULA OITAVA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, caso a **CONTRATADA** descumpra total ou parcialmente o objeto contratado, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará sujeita às seguintes penalidades:

1.1. advertência;

1.2. multa;

1.3. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

2. Será aplicada a penalidade descrita no subitem 1.3, à **CONTRATADA** que:

2.1. ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;

2.2. falhar ou fraudar na execução do contrato;

2.2.1. para efeito de aplicação do disposto no subitem 2.2 desta Cláusula, será considerada falha na execução do contrato os casos de inexecução total, e os de inexecução parcial que resultem na rescisão contratual;

2.3. comportar-se de modo inidôneo;

2.4. fizer declaração falsa; ou

2.5. cometer fraude fiscal.

3. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, as sanções previstas nos subitens 1.1 e 1.3, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, juntamente com as multas convencionais e de mora, podendo estas serem descontadas dos pagamentos a serem efetuados, após o encerramento do procedimento de apuração de penalidades, e quando cabível, sem prejuízo do ressarcimento dos danos causados à Administração e das demais cominações legais.

4. Para efeito de aplicação das penas de advertência e de multa, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas a seguir:

| Item | Evento | Penalidade |
|------|---|---|
| 1 | Atraso injustificado ou com justificativa não acatada de até 5 (cinco) dias corridos na entrega do objeto contratado. | Advertência |
| 2 | Atraso injustificado ou com justificativa não acatada na entrega dos produtos, limitado a 20 (vinte) dias corridos, com a ressalva do item 1 desta tabela. | Multa conforme abaixo, com M = 1 |
| 3 | Atraso injustificado ou com justificativa não acatada na entrega dos produtos, acima de 20 (vinte) dias corridos. | Multa conforme abaixo, com M = 1,5 |
| 4 | Atraso de até 5 (cinco) dias corridos na substituição dos envelopes, decorrente de rejeição no recebimento definitivo ou de prestação de garantia, limitada a 1 (uma) ocorrência. | Advertência |
| 5 | Atraso na substituição dos produtos em decorrência de rejeição no recebimento definitivo ou da prestação de garantia, de até 10 (dez) dias corridos, com a ressalva do item 4 desta tabela. | Multa = 5% do valor dos produtos a serem substituídos x quantidade de dias corridos em atraso na substituição |
| 6 | Deixar de cumprir determinação formal ou instrução dos fiscais ou comissão de recebimento, por ocorrência. | Multa de 0,02% por dia sobre o valor total do contrato, por ocorrência |

| | | |
|----|--|---|
| 7 | Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação, não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelos fiscais ou pela comissão de recebimento. | Multa de 0,3% por dia sobre o valor total do contrato, por ocorrência |
| 8 | Deixar de informar os contatos de telefone, endereço eletrônico ou outro meio hábil para comunicação com o Contratante, limitado a 10 (dez) dias corridos do prazo máximo estabelecido no item 62 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação. | Advertência |
| 9 | Deixar de informar os contatos de telefone, endereço eletrônico ou outro meio hábil para comunicação com o Contratante, por mais de 10 (dez) dias corridos contados do prazo máximo estabelecido no item 62 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação. | Multa de 0,02% por dia sobre o valor total do contrato |
| 10 | Deixar de entregar a declaração prevista no item 63 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação, limitado a 10 (dez) dias corridos do prazo máximo estabelecido no citado item. | Advertência |
| 11 | Deixar de entregar a declaração prevista no item 63 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação, por corridos do prazo máximo estabelecido no citado item. | Multa de 0,02% por dia sobre o valor total do contrato |
| 12 | Deixar de entregar os envelopes acondicionados em embalagem reciclada ou reciclável, conforme item 36 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação. | Advertência |

Fórmula de multa:

$$VM = (TUN/TUC) * AV * M * 0,005 * VTC$$

TUN = Total de unidades não entregues

AV = Atraso verificado (dias corridos)

TUC = Total de unidades previstas na entrega

M = Multiplicador

VTC = Valor total do contrato

VM = Valor da multa

5. Ultrapassado o limite máximo de aplicação de mora previsto na "Tabela de Infrações", a Administração poderá optar por uma das seguintes hipóteses:

5.1. Presente o interesse público, após decorrido o prazo previsto no item 2 da tabela, aceitar o objeto mediante justificativa com aplicação apenas da multa de mora. A aceitação do objeto só será possível mediante demonstração nos autos de que sua recusa causará prejuízo à Administração.

5.2. Entregue apenas parte do objeto, não aceitar o restante e rescindir o contrato. Neste caso, será configurada a inexecução parcial do contrato sem prejuízo das demais consequências previstas em lei e neste instrumento contratual.

5.3. Caso a **CONTRATADA** não entregue o objeto após decorrido 30 (trinta) dias de atraso, poderá ser recusado configurando-se, nesta hipótese, a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e neste instrumento contratual.

6. No caso de atraso na substituição dos envelopes entregues com defeito ou em desconformidade ou que apresentar defeito dentro do prazo de validade/garantia por período superior ao da tabela acima, a **CONTRATADA** estará sujeita à multa de até 30% (trinta por cento) do valor total dos envelopes com defeito, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e neste instrumento contratual.

7. Na ocorrência de inexecução total será aplicada exclusivamente a multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato e, no caso de ocorrência de inexecução parcial, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

8. A multa de mora não será cumulada com a multa proveniente de inexecução total ou parcial pela mesma infração. As multas de mora que já tiverem sido quitadas poderão ter seu valor abatido do montante apurado da multa por inexecução total ou parcial, desde que decorrentes da mesma infração/ocorrência

9. Na apuração das penalidades previstas nesta Cláusula a autoridade competente poderá considerar, além das previsões legais, contratuais e dos Princípios da Administração Pública, as seguintes circunstâncias:

9.1. a natureza e a gravidade da infração contratual;

9.2. o dano que o cometimento da infração ocasionar à Administração;

9.3. a vantagem auferida pela **CONTRATADA** em virtude da infração;

9.4. as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

9.5. os antecedentes da **CONTRATADA**.

10. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela **CONTRATADA**, ficando a aceitação da justificativa a critério do **CONTRATANTE**.

10.1. O prazo mínimo de antecedência acima pode ser reduzido para as situações

imprevisíveis que impeçam o cumprimento da obrigação no prazo ajustado.

11. Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o art. 86 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês.

12. O **CONTRATANTE** promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à **CONTRATADA**.

13. O período de atraso será contado em dias corridos, salvo disposição em contrário.

14. Fica estabelecido que os casos omissos serão resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto do presente contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

15. Os atos administrativos de aplicação das sanções, com exceção de advertência, multa de mora e convencional, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União

CLÁUSULA NONA DA PROTEÇÃO DE DADOS

1. As partes, cada qual no âmbito de sua atuação, cumprirão a legislação de proteção de dados que tenha conexão com o presente contrato, e especialmente em observância aos princípios insculpidos no art. 6º da Lei nº 13.709/2018 obrigam-se à:

1.1. realizar o tratamento dos dados pessoais a que tenham acesso apenas para propósitos legítimos, conforme as finalidades delimitadas no objeto deste contrato, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com aquelas;

1.2. tratar os dados pessoais obtidos em decorrência do presente contrato, conforme a boa-fé, a finalidade e o interesse público que justificaram a sua disponibilização;

1.3. limitar o tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

1.4. adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

1.5. não realizar o tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

1.6. eliminar os dados pessoais após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação, se houver situação enquadrada nas finalidades descritas nos incisos do art. 16 da Lei nº 13.709/2018.

2. À **CONTRATADA** aplica-se o tratamento jurídico diferenciado previsto na Resolução CD/ANPD nº 2/2022, exceto nas hipóteses do art. 3º.

CLÁUSULA DEZ DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos administrativos concernentes ao presente contrato cabe recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA ONZE DA RESCISÃO

O **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente contrato, sem prejuízo das penalidades contratuais ou legais, no caso de sua inexecução total ou parcial ou nos demais previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, e ainda por descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, assim como das condições constantes deste instrumento e da proposta.

CLÁUSULA DOZE DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TREZE DA VIGÊNCIA E DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União

e duração de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUATORZE

DO FORO

O foro da Subseção do Recife da Seção Judiciária de Pernambuco da Justiça Federal é o competente para solucionar qualquer questão relativa ao presente contrato.

CLÁUSULA QUINZE

DA PUBLICIDADE

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, correndo as despesas por conta do **CONTRATANTE**.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento, junto às testemunhas abaixo.

CONTRATANTE - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE/PE

Robson Costa Rodrigues

Diretor-Geral Substituto

CPF/MF 057.220.628-39

CONTRATADA - VISÃO E ARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA

Paulo Alexandre Salomão

Sócio

CPF/MF 092.894.698-381

TESTEMUNHAS - Aurora Capela Gomes

CPF/MF 768.051.664-20

Edvan de Sá Feitosa Filho

CPF/MF 909.082.874-53



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON COSTA RODRIGUES, Diretor(a) Geral em Exercício**, em 19/05/2022, às 13:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Alexandre Salomão- CPF: 092.894.698-38- Visão e Arte Indústria e Comércio de Embalagens LTDA, Usuário Externo**, em 20/05/2022, às 11:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **AURORA CAPELA GOMES TORRES, Assessor(a) Chefe**, em 20/05/2022, às 11:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDVAN DE SÁ FEITOSA FILHO, Chefe de Seção**, em 20/05/2022, às 11:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1851647** e o código CRC **31AFD531**.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2022 - UASG 070019 - TRE/PR

Nº Processo: PAD 004850/2022. Pregão Nº 13/2022. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratado: 24.685.031/0001-91 - AZURE EVENTOS E PROJETOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, para fornecimento de alimentação tipo coffee break, para atender aos eventos promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR). Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - PE nº 13/2022. Vigência: 24/05/2022 a 23/11/2024. Valor Total: R\$ 190.230,00. Data de Assinatura: 24/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 24/05/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2022 - UASG 070019 - TRE/PR

Nº Processo: PAD 004850/2022. Pregão Nº 13/2022. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratado: 24.685.031/0001-91 - AZURE EVENTOS E PROJETOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, para fornecimento de alimentação tipo coffee break, para atender aos eventos promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR). Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - PE nº 13/2022. Vigência: 24/05/2022 a 23/11/2024. Valor Total: R\$ 190.230,00. Data de Assinatura: 24/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 24/05/2022).

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 8/2022**

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 5550/2021. , publicada no D.O.U de 29/03/2022 . Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviço de seguro predial da usina fotovoltaica do TRE/PR, em Paranavaí-PR Novo Edital: 25/05/2022 das 12h00 às 17h59. Endereço: Rua João Parolin, 224, Sala c 389 Prado Velho - CURITIBA - PREntrega das Propostas: a partir de 25/05/2022 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/06/2022, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JULIAN VELLOSO PUGH
Pregoeiro

(SIDECA - 24/05/2022) 070019-00001-2022NE999999

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2022 - UASG 70010**

Nº Processo: 0001814-57.2022. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de veículos, com e sem motoristas, para as Eleições 2022, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) do edital. Total de Itens Licitados: 7. Edital: 25/05/2022 das 08h00 às 14h00. Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - 4º Andar - Sala 408, Graças - Recife/PE ou <https://www.gov.br/compras/edital/70010-5-00030-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 25/05/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 07/06/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras.

ELIANE RODRIGUES DE CARVALHO SILVA
Pregoeira

(SIASGnet - 24/05/2022) 70010-00001-2022NE000054

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE. SEI n.º 0009710-54.2022.6.17.8000. OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a participação de 02 (dois) servidores do TRE/PE no curso "Curso Completo sobre a nova Lei Geral de Licitações e Contratos: Lei 14.133/21", na modalidade on-line, ao vivo. CONTRATADA: ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA. CNPJ: 35.963.479/0001-46. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, II, c/c o art. 13, VI, ambos da Lei n.º 8.666/93. PERÍODO: 23 a 27 de maio de 2022. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho Resumido: PTRES - 167662. Natureza da Despesa: 339039. Nota de Empenho: 2022NE0484, de 20/05/2022. Valor do Empenho: R\$ 3.213,00 . AUTORIZAÇÃO: Robson Costa Rodrigues, Diretor-Geral em exercício, em 06/05/2022. Ratificação: André Oliveira da Silva Guimarães, Desembargador Presidente do TRE-PE, em 20/05/2022.

DIRETORIA-GERAL**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n. 16/2022. Pregão n. 24/2022 - Eletrônico. SEI n. 0004301-97.2022.6.17.8000. CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. CONTRATADA: MAGIC BEANS COMUNICAÇÃO LTDA. CNPJ: 39.299.179/0001-65. OBJETO: a prestação de serviços de produção de vídeos institucionais a serem veiculados em mídia televisiva, sítios eletrônicos e redes sociais da Contratante. FUNDAMENTO LEGAL: Lei n. 10.520/2002, Lei n. 8.666/1993, Lei Complementar n. 123/2006, Decretos n. 3.555/2000, n. 8.538/2015 e n. 10.024/2019, Resolução TSE n. 23.234/2010. VIGÊNCIA: 1.º/07/2022 a 30/06/2023. VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 17.200,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho Resumido: PTRES - 167661. Natureza da Despesa: 339039. Nota de Empenho: 2022NE0465, de 16/05/2022. Valor do Empenho: R\$ 8.600,00. DATA DE ASSINATURA: 20/05/2022. SIGNATÁRIOS: pela Contratante, Orson Santiago Lemos, Diretor-Geral e pela Contratada, Lucas Allex Pedro dos Santos, Representante legal.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 37/2022. SEI n. 0010594-83.2022.6.17.8000. Edital de Licitação TSE nº 13/2022. Ata de Registro de Preços TSE N.º 17/2022. CONTRATANTES: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE/PE e VISÃO E ARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA. CNPJ: 00.855.265/0001-71. OBJETO: Aquisição de 11.314 (onze mil trezentos e quatorze) envelopes plásticos autoadesivos para a embalagem da urna eletrônica. VIGÊNCIA: a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, com duração de 12 (doze) meses. FUNDAMENTO LEGAL: Leis n. 8.666/1993, n. 10.520/2002 e n. 13.709/2018. VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 8.824,92. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho Resumido: PTRES - 167864. Natureza da Despesa: 339030. Nota de Empenho: 2022NE0446, de 12/05/2022. Valor do Empenho: R\$ 8.824,92. DATA DE ASSINATURA: 20/05/2022. SIGNATÁRIOS: pela Contratante, Robson Costa Rodrigues, Diretor-Geral Substituto, e pela Contratada, Paulo Alexandre Salomão, Sócio.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Espécie: Notas de Empenhos Global. TRE-PE n.º 2022NE0481, 482 e 483, emitidas em 19/05/2022. SEI n.º. 0019634-26.2021.6.17.8000. CONTRATADAS: GP COMERCIAL DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA e ALDENKLEBER DE LIMA ALVES LINS 0939104849. Valores: R\$ 3.699,84, R\$ 2.286,71 e R\$ 2.058,00. OBJETO: Material de Consumo / Material de Sinalização, Visualização e Outros e Equipamentos e Material Permanente / Mobiliário em Geral. FUNDAMENTO LEGAL: Cotação Eletrônica n. 003/2022 deste TRE-PE. PTRES: 167661. Elemento de despesa: 3390.30 e 4490.52.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO****EXTRATO DE CONTRATO**

CESSIONÁRIO: Hospital Santa Maria, CNPJ nº 06.873.111/0001-99. CEDENTE: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. OBJETO: Cessão, a título de empréstimo, de urnas eletrônicas e de Sistema Eletrônico de Votação, com vistas à realização de eleição parametrizada, nos dias 31 de maio e 01 de junho de 2022, em locais definidos pelo Cessionário. FUNDAMENTO LEGAL: Res. TSE nº 22.685/2007 e Res. TRE/PI nº 157/2009. VIGÊNCIA: Inicia-se a partir da data de assinatura até a entrega da mídia contendo o resultado final da eleição parametrizada. DATA DA ASSINATURA: 18/05/2022. ASSINAM: Des. Erivan José da Silva Lopes pelo Cedente e o Sr. Luis Carlos Resende Barbosa pelo Cessionário.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2022 - UASG 070006 - TRE/PI

Nº Processo: 0002804-21.2022.6.18.8000. Pregão Nº 12/2022. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ. Contratado: 11.895.759/0001-04 - ACAO CONSULTORIA E SERVICOS LTDA. Objeto: Prestação dos serviços de apoio às eleições gerais de 2022, para atuação nas zonas eleitorais do piauí e na sede do tre-pi, além do apoio para preparação do treinamento dos profissionais selecionados. Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: pelo período informado no subitem 3.5 do Termo de Referência (entre 08/08/2022 e 01/11/2022) a contar da Ordem de Serviço . Valor Total: R\$ 3.788.633,31. Data de Assinatura: 24/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 24/05/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2022 - UASG 070006 - TRE/PI

Número do Contrato: 22/2017. Nº Processo: 0003559-45.2022.6.18.8000. Dispensa. Nº 0/0000. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ. Contratado: 34.974.212/0001-91 - PAULO VINICIO DE LIMA. Objeto: Reajuste do valor mensal do aluguel para R\$ 1.042,87 (mil quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos), com base no ipca-ibge no período de abril/2021 a março/2022, com efeitos financeiros a partir de 07.04.2022 e prorrogação da vigência por mais 60 (sessenta) meses, até 29.07.2027. Vigência: da assinatura a 29/07/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 62.572,20. Data de Assinatura: 24/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 24/05/2022).

RETIFICAÇÃO

NO EXTRATO DE CONTRATO Nº 00009/2022 publicado no D.O de 2022-04-29, Seção 3. Onde se lê: Vigência: 29/04/2022 a 31/12/2022. . Leia-se: Vigência: 04/07/2022 a 24/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 24/05/2022).

RETIFICAÇÃO

NO EXTRATO DE CONTRATO Nº 00014/2022 publicado no D.O de 2022-05-18, Seção 3. Onde se lê: Vigência: 18/05/2022 a 18/11/2024. . Leia-se: Vigência: 24/05/2022 a 24/11/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 24/05/2022).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2022 - UASG 070008 - TRE/RN**

Número do Contrato: 74/2018. Nº Processo: 14380/2018. Pregão. Nº 76/2018. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE. Contratado: 09.502.112/0001-15 - ELENET - SERVICOS TECNICOS LTDA. Objeto: 1.1. Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 74/2018-TRE/RN por mais 20 (vinte) meses, a partir de 2 de maio de 2022, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e na Cláusula Décima Terceira do referido Contrato c/c o subitem 11.1 do anexo I (termo de referência) do edital do Pregão Eletrônico nº 76/2018- TRE/RN. 2.1.Reajustar os preços previstos no contrato nº 74/2018- TRE/RN, pela variação do IPCA referente ao período de dezembro de 2020 a novembro de 2021, no percentual de 10,73848819%, passando a vigorar o valor mensal de R\$ 1.159,09 (mil, cento e cinquenta e nove reais e nove centavos), com efeitos a partir de 10 de dezembro de 2021. 2.2. Em decorrência do reajuste de preços previsto nesta cláusula, o valor global estimado do contrato nº 74/2018- TRE/RN passa a ser de R\$ 23.181,80 (vinte e três mil, cento e oitenta e um reais e oitenta centavos), para um período de 20 (vinte) meses de execução contratual. Vigência: 02/01/2019 a 02/01/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 23.181,80. Data de Assinatura: 02/05/2022.

**AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 27/2022**

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 3610/2022. , publicada no D.O.U de 09/05/2022 . Objeto: Pregão Eletrônico - Escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de 01 Veículo de serviço tipo VAN utilitário novo (0 Km) para transportes de passageiros (mínimo de 15 lugares + 1 condutor) e de 02 veículos de representação tipo sedan, para uso do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte TRE/RN, conforme condições e especificações previstas neste edital e nos respectivos anexos. Novo Edital: 25/05/2022 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Rui Barbosa, 215 - Tirol Cep: 59.015-290 NATAL - RNEntrega das Propostas: a partir de 25/05/2022 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/06/2022, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

YVETTE BEZERRA GUERREIRO MAIA
Diretora-geral

(SIDECA - 24/05/2022) 070008-00001-2022NE111111

RETIFICAÇÃO

NO EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 00001/2022 publicado no D.O de 2022-05-20, Seção 3. Onde se lê: Valor Total: R\$ 1.010.000,00. Leia-se: Valor Total: R\$ 1.106.600,00.

(COMPRASNET 4.0 - 24/05/2022).

